



Número: **0707516-07.2018.8.07.0009**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **2º Juizado Especial Cível e Criminal de Samambaia**

Última distribuição : **14/08/2018**

Valor da causa: **R\$ 12.020,00**

Assuntos: **Contratos Bancários, Defeito, nulidade ou anulação, Rescisão do contrato e devolução do dinheiro, Indenização por Dano Moral, Capitalização e Previdência Privada, Antecipação de Tutela / Tutela Específica**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
DALVA FERREIRA DOS SANTOS (AUTOR)	
	CIRENE ESTRELA (ADVOGADO) DEBORAH RODRIGUES AFFONSO (ADVOGADO)
BANCO DAYCOVAL S/A (RÉU)	
	IGNEZ LUCIA SALDIVA TESSA (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
24467850	25/10/2018 18:03	Sentença	Sentença

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS

2JECICRSAM

2º Juizado Especial Cível e Criminal de Samambaia

Número do processo: 0707516-07.2018.8.07.0009

Classe judicial: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

AUTOR: DALVA FERREIRA DOS SANTOS

RÉU: BANCO DAYCOVAL S/A

S E N T E N Ç A

Dispensado o relatório na forma da Lei, cabível o julgamento antecipado da lide, porque as partes não indicaram testemunhas para serem ouvidas. Ademais, o teor da petição inicial e da contestação, bem como os documentos convergidos aos autos, já autorizam a prolação de uma sentença de mérito. Assim, INDEFIRO o pleito de ID 23792780.

Não foram arguidas preliminares/prejudiciais, e presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, de modo que passo ao exame da causa.

Conquanto a relação jurídica entabulada entre as partes esteja jungida às normas protetivas do Código de Defesa do Consumidor, isso não basta para o reconhecimento de procedência do pleito inaugural.

A respeito do contexto fático, a autora noticiou, em apertada síntese, que percebe benefício previdenciário e ao verificar seu extrato de pagamento constatou que o réu, sem que houvesse qualquer solicitação, implementou/implantou empréstimo de reserva de margem para cartão de crédito consignado, passando a partir de 11/10/2016 a debitar mensalmente o valor de R\$ 33,88, a título de RMC. Aduziu que o serviço em questão não foi solicitado, tratando-se de fraude contratual, e que em todos os empréstimos realizados anteriormente a assinatura do contrato se deu com base na confiança, contudo nunca houve qualquer informação relativa a cartão de crédito consignável. Ao final pugnou, dentre outros, pela declaração da inexistência do débito referente ao EMPRÉSTIMO sobre a RMC e a condenação do réu a restituir em dobro os valores descontados.

O demandado contestou o pedido no ID 23627819.

Da análise dos autos, vejo que razão não assiste à requerente, pois o documento juntado no ID 23629457, pág. 1, comprova que as partes celebraram “Termo de Adesão as condições gerais de emissão e utilização do Cartão de Crédito Consignado do Banco Daycoval”, com autorização para constituição de reserva de margem consignável de até 5% de sua remuneração para pagamento mínimo mensal da fatura do cartão de crédito consignado do banco réu. Também há declaração expressa de ciência da autora a respeito do pagamento da fatura do cartão de crédito a ser realizado em seu valor integral, pois a consignação consiste

apenas no pagamento do valor mínimo da fatura, conforme documento de ID 23629457, pág. 2, o qual especifica o valor do saque e as taxas de juros, IOF e tarifas aplicadas.

Além disso, merece registro que no áudio juntado no ID 23629430 há gravação entre a preposta da ré e a autora, quando foram feitas confirmações para liberação do cartão de crédito consignado com valor de pré-saque que a cliente solicitou ao banco, e ao final a requerente manifesta concordância e confirma a aprovação do saque através do cartão de crédito do banco réu, o que está de acordo com os documentos de ID 23629457 e faturas de ID 23629467.

Assim, os documentos acostados pelo promovido atestam a ciência inequívoca da demandante a respeito do contrato celebrado e sua finalidade, de modo que o dever de informação restou suficientemente atendido, restando assim comprovada a regular contratação, na qual a quantia foi disponibilizada à requerente, e está sendo descontado o valor mínimo do seu benefício. Ademais, não prospera a alegação de que a modalidade de contrato firmado entre as partes é abusiva por tornar a dívida impagável, porquanto a autora pode utilizar a fatura mensal para amortizar a dívida, pagando qualquer valor entre o mínimo já descontado e o total do débito, até a data do vencimento. Nessa esteira:

“JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. CONSUMIDOR. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. ALEGADA INTENÇÃO DE CONTRATAR EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. CLAREZA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL. NÃO COMPROVADA A DISSONÂNCIA ENTRE A CONTRATAÇÃO EFETIVAMENTE REALIZADA E A VERDADEIRA INTENÇÃO DO CONSUMIDOR. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. I. Trata-se de recurso inominado interposto pela parte autora em face da sentença que julgou improcedentes os pedidos iniciais, consistentes na declaração de inexistência ou nulidade da contratação de empréstimo consignado (cartão de crédito) com reserva da margem de crédito (RMC); restituição em dobro dos valores que foram pagos a título de RMC; compensação por danos morais. Em seu recurso, sustenta que houve falha no dever de informação a cargo do fornecedor e vício de consentimento, uma vez que a parte autora acreditava estar formalizando um empréstimo consignado, visto que jamais pretendeu contratar os serviços de cartão de crédito consignado. Aduz que o procedimento de contratação foi idêntico ao de um empréstimo consignado. Assevera que se trata de cartão fictício, cujo plástico nunca foi entregue à parte recorrente, que não pode ficar eternamente presa aos descontos referentes à RMC. **II.** Recurso próprio, tempestivo e dispensado de preparo ante a concessão da gratuidade de justiça (ID 4692337). Contrarrazões apresentadas (ID 4692339). **III.** A relação estabelecida entre as partes guarda natureza consumerista e o contrato aludido na inicial caracteriza-se como contrato de adesão, considerado pela lei como aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo (CDC, art. 54). No entanto, a caracterização da relação de consumo, a situação de hipervulnerabilidade do consumidor e a existência de um contrato de adesão não autorizam, por si, a procedência do pedido. **IV.** No caso, o documento colacionado sob o ID 4692320 revela claramente que houve "contrato para utilização do cartão de crédito INTERMEDIUM", com autorização para descontos de valores diretamente na fonte pagadora. Há, ainda, "Autorização de constituição de reserva de margem consignável - RMC nos benefícios previdenciários" da parte recorrente, com tomada de "empréstimo" no valor de R\$ 3.888,65 (três mil, oitocentos e oitenta e oito reais, sessenta e cinco centavos), contratada em 6.10.2015, com parcelas mensais de R\$ 141,74, além de descrição da taxa efetiva anual e do valor total a pagar (ID 4692320 - Pág. 3). Assim, não há que se falar em falha no dever de informação, pois o contrato atende ao disposto no art. 52 do CDC. **V.** Nessa esteira, não se pode declarar a inexistência do débito, pois além da comprovada a regular contratação, a quantia foi devidamente liberada em favor da parte recorrente. **VI.** Por derradeiro, não prospera o argumento da parte autora de que o empréstimo é abusivo, e que os descontos mensais seriam ilimitados e acarretariam uma dívida eterna, uma vez que a permanência do débito decorre exclusivamente da falta de pagamento do valor integral devido, visto que a parte autora vem realizando apenas o pagamento mensal do mínimo estipulado ou em algumas ocasiões valores

superiores ao mínimo, que, no entanto, não são suficientes para a quitação do débito. ouve VII. Portanto, embora se trate de relação de consumo, por inexistir abusividade patente no contrato coligido aos autos, devem prevalecer os termos avençados pelas partes. Precedente: "DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO NO CARTÃO DE CRÉDITO. INSCRIÇÃO NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANOS MORAIS. 1 - Na forma do art. 46 da Lei 9.099/1995, a ementa serve de acórdão. Recurso próprio, regular e tempestivo. 2 - Contrato de empréstimo. Quitação não demonstrada. O conjunto probatório evidencia que a autora contraiu empréstimo bancário, com desconto das parcelas diretamente na fatura de seu cartão de crédito (fls. 18/22). Não há demonstração de quitação do contrato, uma vez que a quantia depositada para pagamento antecipado das parcelas remanescentes (fl. 40) era insuficiente para saldar a totalidade da dívida, que compreendia, além das parcelas, os demais débitos do cartão de crédito. Incabível, portanto, a declaração de inexistência de débitos. 3 - Responsabilidade civil. Dano moral. O reconhecimento da responsabilidade civil por danos morais pressupõe a prática de ilícito. Sem demonstração de inscrição indevida ou de qualquer outra ilegalidade imputada à ré, não se acolhe o pedido de indenização por danos morais (art. 186 do Código Civil). Sentença que se confirma pelos seus próprios fundamentos. 4 - Recurso conhecido, mas não provido. Custas processuais e honorários advocatícios, fixados em R\$ 600,00, pela recorrente vencida, com exigibilidade suspensa em face da concessão da gratuidade de justiça". (Acórdão n.1000543, 20161210002178ACJ, Relator: AISTON HENRIQUE DE SOUSA 1ª TURMA RECURSAL, Data de Julgamento: 23/02/2017, Publicado no DJE: 09/03/2017. Pág.: 268/274) VIII. Assim, diante da inexistência de qualquer ato ilícito da parte recorrida, descabe falar em reparação de danos morais ou materiais na espécie. IX. Recurso conhecido e não provido. Sentença mantida. Condeno a parte recorrente vencida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em 10% do valor corrigido da causa, contudo suspendo a exigibilidade na forma do art. 98, § 3º, do NCPC. X. A súmula de julgamento servirá de acórdão, consoante disposto no artigo 46 da Lei nº 9.099/95".

([Acórdão n.1128307](#), 07137542120188070016, Relator: ALMIR ANDRADE DE FREITAS 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 03/10/2018, Publicado no DJE: 10/10/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

Nessas condições, resta apenas afastar os pleitos aviados na exordial, já que os descontos realizados em folha de pagamento tiveram por base ajuste escrito firmado entre as partes, os quais não se revestiram, por isso, do caráter de "indevidos", e sequer restou demonstrado descumprimento contratual por parte do réu, ou violação aos direitos de personalidade.

Com essas considerações, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados e resolvo a questão de mérito com base no art. 487, inciso I, do CPC. Sem custas e honorários.

P.R.I.

MARCIO ANTONIO SANTOS ROCHA

Juiz de Direito